

SOCIOLOGIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO UNISAGRADO (1996-2020)

SOCIOLOGY, SOCIAL RESPONSIBILITY AND UNIVERSITY EXTENSION: THE IMPLEMENTATION OF SOCIAL PROJECTS AT UNISAGRADO (1996-2020)

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli¹
Maria Clara Silva Panegocio²
Mirela Anézio²

¹Professor do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO)

²Graduanda do 6º semestre do curso de Psicologia do UNISAGRADO Centro Universitário Sagrado Coração

²Graduanda do 6º semestre do curso de Psicologia do UNISAGRADO. Bacharel em Direito.

Autor correspondente:
Bruno Vicente Lippe Pasquarelli
Email: bruno.pasquarelli@unisagrado.edu.br

Recebido: 30/10/2021
Aceito: 13/12/2021

RESUMO

Através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, a temática da responsabilidade social universitária tem assumido lugar central na conformação das instituições de ensino superior, visando a atuação socialmente responsável perante as realidades sociais locais e regionais e objetivando a formação de cidadãos responsáveis. Partindo desse pressuposto central, o presente estudo corrobora a tese da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no tocante à responsabilidade social das instituições de ensino superior. Contudo, propõe que a prática cidadã e socialmente responsável deve ter, como ponto de partida, a ênfase do ensino com viés sociológico, que evidencia a problematização da realidade social e de temas contemporâneos ligados à sociedade, à cultura, à economia, ao meio ambiente e à política. Com isso, baseado em pressupostos teóricos da sociologia, o agente social torna-se capaz de construir seu próprio conhecimento sobre a realidade social para simultaneamente buscar a transformação social da comunidade por meio de projetos de extensão. O estudo se utiliza do método qualitativo e do estudo de caso para analisar a importância do ensino da sociologia da responsabilidade social no Unisagrado, apresentando os resultados de projetos sociais desde 1996, considerando a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Cidadania. Extensão. Responsabilidade Social Universitária. Projetos Sociais. Sociologia.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

ABSTRACT

Through the junction between teaching, research and extension, the theme of university social responsibility has assumed a central place in the conformation of institutions of higher education, aiming at socially responsible action towards local and regional social realities and aiming at the formation of responsible citizens. Based on this central assumption, the present study corroborates the thesis of the inseparability between teaching, research, and extension regarding the social responsibility of higher education institutions. However, it proposes that the practice of citizenship and social responsibility should have, as a starting point, the emphasis of teaching with a sociological bias, which highlights the problematization of social reality and contemporary issues related to society, culture, economy, environment, and politics. Thus, based on the theoretical assumptions of sociology, the social agent becomes capable of constructing his own knowledge about social reality to simultaneously seek the social transformation of the community through extension projects. The study uses the qualitative method and the case study to analyze the importance of teaching sociology of social responsibility at Unisagrado, presenting the results of social projects since 1996, considering the interaction between teaching, research and extension.

Keywords: *Citizenship. Extension. University Social Responsibility. Social projects. Sociology.*

INTRODUÇÃO

Muito tem sido debatido a respeito da responsabilidade social como uma dimensão ética de ação que toda organização ou instituição deveria ter, tanto no âmbito empresarial quanto no educacional. E, em um cenário de necessidade cada vez maior de práticas e projetos que lidam com os problemas da população em geral, deve-se destacar a função das instituições de ensino superior para adequar suas atividades a fim de regulamentar práticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da responsabilidade social.

Seja em instituições de ordem pública ou privada, a educação tem a necessidade de ser reconhecida como um bem público, gerando capital cultural e social através do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas a se fortalecer no âmbito da responsabilidade social. Dentre as funções básicas da universidade, está o compromisso na promoção da responsabilidade social, desenvolvendo e compreen-

dendo o exercício da cidadania em dimensões como a promoção social e cultural, a sustentabilidade, a economia e a política.

Como problema de pesquisa, temos a constatação de que, nos últimos anos, a temática da responsabilidade social assumiu lugar central na formação profissional das mais variadas universidades, enfatizando a necessidade do compromisso ético e moral perante os problemas sociais existentes na conjuntura atual por meio da junção entre ensino, pesquisa e extensão, que constituem a tríplice função da universidade, justificando a necessidade do sujeito em se perceber como alguém responsável.

A partir desses pressupostos iniciais, o objetivo do artigo é analisar a atuação das instituições de ensino superior no âmbito da responsabilidade social a partir da ênfase no ensino da sociologia, em um processo pedagógico que ressalta a problematização da realidade social e dos principais temas contemporâneos ligados aos direitos civis, sociais e políticos, sendo o ponto de partida para evidenciar a atividade do agente social no âmbito comunitário, bem como sua capacidade para construir conhecimento próprios sobre a realidade em que vive. É por meio da junção entre extensão e pesquisa, mas com ênfase no ensino, que as universidades poderão formar cidadãos capazes de fazer uma leitura da realidade, compreendendo conceitos sociológicos ligados à cidadania e à responsabilidade social, além de buscar a transformação social em busca de uma vida mais digna para aqueles que mais necessitam.

Para tanto, na primeira seção, o artigo retoma a ideia de crise do Estado e do surgimento de novas funções das organizações e instituições para auxiliar a entidade estatal no cumprimento de seus objetivos sociais, visando a justiça social, a inclusão e a cidadania, dentre outros. Em seguida, desenvolve o conceito de responsabilidade social nas empresas, para depois destacar como evoluiu a ideia de responsabilidade social nas universidades a partir de uma visão holística, com coordenação da instituição visando promover princípios éticos para a transmissão de saberes responsáveis em uma comunidade que necessita de intervenção social. Embora o conceito de responsabilidade social preceda do campo empresarial, é no campo da educação superior, devido ao seu caráter público, que adquire nova configuração, promovendo ações baseadas em princípios éticos que visam garantir o compromisso com a equidade social, com a sustentabilidade, com o exercício da cidadania e da democracia, com a ciência e com o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

Na segunda seção, o artigo destaca o conceito de responsabilidade social e sua relação transformadora entre a universidade e a sociedade por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que ambos devem ser desenvolvidos dentro de um arcabouço metodológico que privilegie as necessidades da população e da comunidade local a partir do conhecimento no processo de aprendizagem, da pesquisa sistemática e do confronto com a realidade concreta. Nesse sentido, a extensão é imprescindível para a configuração de um processo educativo contínuo de difusão e socialização do saber que objetive à transformação social e à construção da cidadania, realimentando o processo de ensino, de aprendizagem e de pesquisa (VILLAR, 2011). Contudo, e considerando o objetivo deste estudo, as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, devem conceber a responsabilidade não apenas por meio da extensão, mas também através do destaque às diretrizes curriculares do ensino (e da pesquisa), inculcando no agente social (ou seja, no estudante) o debate acerca da realidade social em que vive, sendo esta composta por dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais. Com isso, o estudante adquire conhecimento teórico sobre o contexto local, regional e internacional, tornando-o mais sujeito a perceber, de início, o impacto dos problemas da realidade social e a necessidade da ação posterior por meio de projetos sociais que possuam relevante destinação à comunidade.

Nas duas primeiras seções, o estudo utilizou-se da abordagem qualitativa, do tipo analítica, tendo como base a pesquisa bibliográfica para possibilitar melhor esclarecimento do assunto. Por meio da pesquisa qualitativa, dá-se conta da complexidade do fenômeno examinado, sem quantificá-lo, mas compreendendo seus aspectos subjetivos e sociais, observando as causas dos efeitos – ou seja, iniciando a análise a partir dos diversos caminhos causais de resultados específicos, para depois direcionar o exame de cada caso.

Já na terceira seção dá-se continuidade da relação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando a importância da responsabilidade social no Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), situada na cidade de Bauru, no interior do estado de São Paulo. Para isso, em primeiro lugar, adota-se a análise documental e do estudo de caso¹ para desenvolvimento da investigação, descrevendo um que

¹ O estudo de caso é definido como o exame detalhado de um aspecto de um episódio, desenvolvendo ou testando explicações que podem ser generalizáveis a outros eventos. É diferente do método comparativo, que utiliza comparações entre um pequeno número de casos. Nesse sentido, é um método que faz parte do conjunto qualitativo, com o objetivo de acumular generalizações progressivas sobre a vida social (GEORGE E BENNETT, 2005, p.31-46).

ilustra e nos faz compreender as articulações das funções universitárias e sua inter-relação com o contexto social, visualizando os princípios norteadores e os objetivos e finalidades da instituição a partir de seu projeto político-pedagógico, compreendendo o conceito de responsabilidade social por ela definido. Em segundo lugar, examina-se a inserção da responsabilidade social universitária na instituição acima referida por meio da construção de projetos sociais na disciplina intitulada “Sociologia da Responsabilidade Social”, que denota a importância de sua aplicação na extensão, na pesquisa e no ensino.

Por fim, na quarta seção, serão tecidas as considerações finais.

CRISE DO ESTADO E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

O estudo considera que a responsabilidade social não é um conceito específico do campo da educação e da esfera universitária, mas que possui inter-relação com as mais variadas áreas e subáreas, como a Ciência Política, a Sociologia, a Administração e a Economia, além de estar estritamente vinculada com o sistema político-econômico do contexto e dos movimentos de reformas de Estado.

Entre as décadas de 1930 e 1960, o Estado foi um elemento crucial para o desenvolvimento econômico e social. Durante esse período,

tornou-se lugar comum a ideia de que o Estado tinha papel estratégico na promoção do progresso técnico e da acumulação de capital, além de lhe caber a responsabilidade principal pela garantia de uma razoável distribuição de renda. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.54)

Porém, a partir dos anos 1970, diversas distorções históricas, aliadas ao processo de globalização, fizeram com que o Estado entrasse em crise e se transformasse na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação do índice de desemprego e da inflação, além do aumento extensivo da carga tributária. Como resposta a essa crise, diversos países adentraram em uma onda neoconservadora, objetivando reformar o Estado com a emergência

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

do Estado mínimo, substituindo o *keynesianismo*² pelo predomínio da utopia do mercado do neoliberalismo, cuja prática político-econômica propõe garantir a propriedade privada, o livre-mercado e o livre-comércio, sendo função do Estado criar e preservar uma estrutura institucional para assegurar essas práticas e, acima de tudo, o funcionamento apropriado dos mercados para promoção do bem-estar e da prosperidade. Por sua vez, o mercado seria responsável pelo crescimento econômico e pelo atendimento às necessidades sociais (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.49; HARVEY, 2014, p.12).

Especificamente no Brasil, desde a Era Vargas até meados do regime militar, o Estado prevaleceu como organizador da sociedade brasileira, alavancando a construção de um capitalismo industrial com viés desenvolvimentista³. Contudo, as transformações econômicas internacionais em prol da liberalização e do neoliberalismo, aliadas ao desenvolvimento tecnológico da globalização e da cessação de empréstimos privados estrangeiros, fizeram com que “essa estrutura complexa de dominação começasse a sofrer um processo lento e descontínuo de desgaste” (SALLUM JR., 2000, p.25), com perda de capacidade de comando sobre a sociedade e a economia. Tal desgaste ocasionou sua desagregação no início da década de 1980, impulsionando a derrocada do regime militar-autoritário e colocando “em xeque a estrutura existente de agregação e intermediação de interesses econômicos-sociais em face do poder estatal”. (IBID., p.25), consolidando a abertura democrática.

Desse modo, tanto no Brasil quando no mundo, Estado e mercado não eram mais vistos como alternativas polares, mas como fatores complementares de coordenação econômica e de influência na implementação de políticas públicas, definidas aqui como um conjunto de ações coletivas que objetiva colocar o governo em ação, seja diretamente ou através de delegação, traduzindo seus propósitos em programas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, influenciando a vida dos cidadãos (PETERS, 1986, SOUZA, 2006). Apesar da política pública ter caráter estatal, os últimos anos vêm demonstrando que sua execução pode ser feita via programas, projetos

² Paradigma econômico no qual o Estado mantém sob controle os ciclos dos negócios e as recessões econômicas. É pautado na ideia de Estado de bem-estar social, regulando a economia e conciliando crescimento econômico com legitimidade da ordem social. O Estado, então, deveria intervir no mercado e na sociedade sempre que achasse necessário, equilibrando as possíveis distorções de preços e distribuição de renda.

³ O projeto desenvolvimentista fortalecia o capitalismo industrial por meio da substituição de importações, com ritmo acelerado, em consonância com o modelo político repressivo, excludente e desmobilizador de massas, com concentração de poder em um pequeno grupo de *policy makers* (VISENTINI, 2013, p.65).

e atividades desenvolvidas por agentes privados, com intercâmbio de propostas. Por conseguinte, houve a descentralização das políticas públicas e das políticas sociais, de maneira que o Estado deixou de promovê-las de maneira exclusiva para atender às necessidades que emergiram em uma nova configuração política, social, econômica e cultural.

Simultaneamente, enquanto no plano interno ocorreu a transferência da responsabilidade para organizações da sociedade civil, empresas e outras instituições, que realizaram parcerias procurando complementar o papel do Estado e articular melhorias na prestação de serviços sociais, no plano externo diversas organizações transnacionais – como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial – delimitaram novas formas de gestão para atender às necessidades da população, mesmo que pautada por ideais neoliberais no tocante às políticas sociais⁴ (ESTIGARA, PEREIRA E LEWIS, 2009; RIBEIRO E MAGALHÃES, 2014, p.133).

Dessa maneira, em uma nova ordem social com interdependência das funções entre Estado e organizações da sociedade civil, pressões internas e externas promoveram a intensificação da atuação socialmente responsável, com profundas mudanças nas relações dos cidadãos com o governo, abrindo novos canais de reivindicações sociais e aumentando a influência de diversas entidades. E, em um cenário de um mundo globalizado que evidenciou a crise do Estado na realização de diversas funções que lhe é demandado em termos de políticas sociais, ganhou maior amplitude o tema da responsabilidade social⁵ - principalmente entre os países europeus e nos Estados Unidos, nos anos 1970, para depois chegar aos países periféricos da América Latina, quando se formou um campo favorável à sua

⁴ Para Leher (1999), a universidade vem sendo destruída diante do avanço avassalador do projeto neoliberal e das políticas educacionais impulsionadas pelas agências multilaterais – como é o caso do Banco Mundial. Na mesma linha de argumentação, Afonso (2010, p.148) reitera que os mecanismos de *accountability* (ou seja, de prestação de contas) a que estão sujeitas as universidades, sob um viés de mercado, não são necessariamente democráticos, pois a avaliação assume uma linha de controle, de responsabilização e de punição, pois a ênfase está nos resultados quantitativos apresentados.

⁵ Cabe destacar que o termo “Responsabilidade Social” apareceu pela primeira vez em um manifesto escrito por 120 industriais ingleses, definindo-a como “a responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas. Além disso, a maior contribuição possível ao bem estar da nação como um todo”. (DIAS e DUARTE, 1986, p.41). Contudo, os questionamentos, estudos e debates sobre o tema da Responsabilidade Social ganharam contorno especial após o lançamento, em 1953, do livro *Responsibilities of the businessman*, de Howard Bowen.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

discussão e disseminação devido aos processo de redemocratização política e de aumento das pressões das organizações civis para questões ligadas à cidadania⁶.

Assim, em um primeiro momento, a Responsabilidade Social desenvolveu-se no campo das corporações e das empresas, destacando que as organizações deveriam promover práticas adequadas no âmbito da sociedade, do meio ambiente e dos direitos humanos, incentivando a cidadania e considerando os impactos que tais atividades gerariam na própria organização, nos seus membros e nos grupos de interesse, denominados de stakeholders (RIBEIRO E MARGALHÃES, 2014, p.138). Em razão disso, além das obrigações estabelecidas por lei, as empresas passam a assumir obrigações de ordem moral, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (ASHLEY, 2002) e incorporando, por meio do compromisso social, diversos projetos sociais a fim de beneficiar determinada comunidade⁷. Não devemos, assim, confundir Responsabilidade Social com obrigação social. Por conseguinte, o conceito de responsabilidade social no âmbito empresarial pode ser definido como

Uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país. (RICO, 2004, p.73).

Nessa conjuntura de reforma das funções do Estado, de transferência das responsabilidades estatais para o mercado, de hegemonia de políticas educacionais de corte neoliberal, de aumento da participação das organizações civis, de intensificação da tendência da responsabilidade social nas empresas e sua forma de concepção junto

⁶ Nos anos 1980, especificamente no Brasil, houve o ressurgimento da ideia da sociedade civil devido a três fenômenos: ao esgotamento da organização política baseada no marxismo; ao reconhecimento de que as formas estatais de implementação de políticas de Bem-Estar não são neutras; e ao processo de democratização em si, em que diversos atores sociais e políticos identificaram suas ações com reação da sociedade civil e do Estado (AVRITZER, 1994).

⁷ De acordo com Lima (1980), as empresas possuem três realidades: a econômica, produzindo ou prestando serviços visando ao lucro; a humana, de produção e a prestação de serviços para o bem-estar da população; e, por fim, a social, cujos atos dos trabalhadores são imprescindíveis. Mas, mais importante, é necessário destacar que as empresas têm uma responsabilidade social.

às organizações e de institucionalização do mercado da educação superior, em pouco tempo o debate chegou às universidades, emergindo, por conseguinte, a discussão acerca do tema da responsabilidade social universitária e sua influência para a pesquisa, o ensino e a extensão, de acordo com as necessidades da comunidade na qual está inserida e com a formação para a cidadania.

Cabe ressaltar que a inserção da responsabilidade social no âmbito universitário passa pela discussão acerca das novas funções atribuídas às instituições de ensino superior nas últimas décadas, privilegiando a orientação para os problemas do mundo contemporâneo. Em *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos destaca que a universidade se constitui como sede privilegiada e unificada de um saber produzido por diversas racionalidades mas que vem passando por três tipos de crises: institucional, de legitimidade e de hegemonia. A *crise institucional* ocorre quando há cortes orçamentários, sendo que sua especificidade organizativa é colocada em dúvida, passando a ser gerida por modelos organizativos impostos por outras instituições, submetendo a universidade a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial, onde partes internas e externas estão interessadas nos seus resultados – como os *stakeholders*, as empresas, os docentes, as agências de fomento, o governo (MAGALHÃES, 2004, p. 358; SANTOS, 2010, p.190). Por sua vez, a *crise de legitimidade* ocorre porque a universidade produz conhecimentos e os transmite a um grupo social restrito e homogêneo, deixando de incorporar grupos sociais até então excluídos, tornando socialmente visível a falência dos seus objetivos assumidos a aumentando a contradição entre universalização do acesso e meritocracia na educação superior (IBID., p.211-2).

Por fim, e mais importante para o conceito de responsabilidade social, há a *crise de hegemonia* na medida “em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos”. (IBID., p.190). Assim, a centralidade da universidade enquanto lugar privilegiado de produção de conhecimento é um fenômeno datado do século XIX, de maneira que essa concepção entrou em crise sobretudo quando passou a privilegiar uma vertente economicista e produtivista. E é nesse ínterim que surgiu uma nova vertente, de orientação social e política, que consistiu em emergir a ideia da responsabilidade social da universidade perante os problemas do mun-

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

do contemporâneo, com valorização das comunidades e intervenção reformista nos problemas sociais (*IBID.*, p.206-9)⁸.

Dessa maneira, a importância da responsabilidade social universitária é destacada a partir da ligação entre o conhecimento científico e as necessidades locais, nacionais e globais, respondendo efetivamente às demandas societárias e procurando soluções para os principais problemas sociais por meio atuação cidadã (CALDERÓN, 2006; VALLAEYS, 2006). Assim, as instituições de ensino superior, por meio do caráter transformador da responsabilidade social, devem se engajar para agirem em situações críticas enfrentadas pela população em qualquer âmbito, seja ele econômico, político, social ou cultural, visando a construção de uma sociedade mais justa e digna, no qual o ambiente social passa a ser visto como uma teia dentro da qual as universidades devem se integrar para sobreviverem enquanto organizações (AMARAL E MAGALHÃES, 2000; VERCELLI, 2010, p.122). Nesse sentido,

A educação fornecida pela universidade não deve ocorrer apenas nos *campus* universitários, mas também fora deles. Assim, um elo é formado: a Responsabilidade Social gera compromisso social, que gera sujeito autônomos capazes de fazer a leitura da realidade e atuarem sobre ela de forma responsável, valorizando a vida e respeitando a dignidade das pessoas (VERCELLI, 2010, p.129).

Partindo da concepção de que a responsabilidade social é paradigma central de qualquer universidade, seja ela pública ou privada, deve-se compreender seu conceito e sua finalidade a partir de uma multiplicidade de fatores, incorporando o modelo e o próprio *ethos* acadêmico. Nesse sentido, de acordo com Calderón (2006), Vallaeys (2006) e Jimenez et al (2006), podemos conceituar a responsabilidade social universitária como a articulação e a capacidade de diversas partes da instituição em um projeto que visa a promoção social por meio de princípios éticos e de desenvolvimento social, equitativo e sustentável, produzindo e transmitindo saberes por meio da gestão, da docência, da pesquisa e da extensão universitária, respondendo socialmente perante a própria comunidade e objetivando a formação de cidadãos responsáveis.

⁸Obviamente, a ideia e a prática da responsabilidade social foi objeto de diversas críticas iniciais. Do ponto de vista conservador, muitos dos programas de extensão não estariam baseados em conhecimentos sólidos, sendo conduzidos posteriormente à burocratização. Por outro lado, intelectuais do campo da esquerda destacavam que o financiamento torna a universidade dependente dos interesses da classe dominante, de maneira que as ações de responsabilidade social refletiriam essas preferências (SANTOS, 2010, p.206-7).

A JUNÇÃO DA EXTENSÃO COM O ENSINO E A PESQUISA: A IMPORTÂNCIA CENTRAL DO ENSINO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A partir do conceito de Responsabilidade Social, a universidade se apoia no tripé ensino-pesquisa-extensão, gerando conhecimento com conteúdo à comunidade por meio de um processo pedagógico no qual as instituições de ensino superior formulam e planejam suas ações e métodos. Por conseguinte, o aprendizado e a pesquisa só têm sentido e serão significativos para o aluno caso ele possa ter contato com distintas realidades sociais.

Como se pode perceber nas seções anteriores, as instituições de ensino superior brasileiras, tanto públicas quanto privadas, têm procurado desenvolver projetos de extensão por meio da Responsabilidade Social como forma de suprir as necessidades da população. No Brasil, o Plano Nacional de Extensão Universitária, instituído em 2001⁹, destaca a importância da extensão universitária¹⁰, indissociável do ensino e da pesquisa, e sua colaboração com a comunidade em que está inserida, de forma que a instituição de ensino superior atue com mais frequência e visibilidade frente às demandas sociais de seu espaço e de seu entorno.

Por meio de ações extensionistas, pode-se ir ao encontro das necessidades da comunidade, e a universidade pode mostrar seu valor social e sua característica de educação não formal¹¹, desenvolvendo laços de solidariedade e de interesses comuns com o objetivo da

⁹Ademais, em 2004, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), cujo objetivo central é a avaliação do ensino superior em sua tríplice função (ensino, pesquisa e extensão). E foi com a inclusão da responsabilidade social universitária como uma das dez dimensões de avaliação da Instituição de Ensino Superior que o termo ganhou força. Com o SINAES, o que era mera tendência de mercado assumiu o caráter de obrigação institucional diante da normativa estatal (CALDERÓN, PESSANHA, SOARES, 2007).

¹⁰A extensão universitária é definida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000-2001).

¹¹De acordo com Gohn (2006), enquanto a educação formal é desenvolvida nas instituições regulamentadas por lei e organizadas por meio de diretrizes nacionais, a educação não formal é um processo que se aprende no cotidiano, envolvendo aprendizagem política, capacitação para o trabalho, além da aprendizagem de práticas comunitárias em espaços diferenciados nos quais ocorrem processos de interação e intencionalidade na ação, fortalecendo o exercício da cidadania.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

educação visando a cidadania, a justiça social, os direitos, a democracia, o exercício da cultura e da manifestação de diferenças culturais (GOHN, 2006, p.32). Assim, muitos afirmam que os alunos aprendem a ser socialmente responsáveis quando se envolvem em atividades de extensão, atuando de forma cooperativa e com responsabilidade social.

A extensão universitária como fator de responsabilidade social das instituições de ensino superior também se torna imprescindível porque pauta o processo educativo como ação e reflexão, promovendo diversas possibilidades de experiências educativas e auxiliando na construção do diálogo com a comunidade local, acolhendo suas necessidades e demandas (SÍVERES, 2013, p. 24-6). Dessa maneira, a aprendizagem da responsabilidade social deve caracterizar-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, despertando

a potencialidade e a capacidade de aprender dos sujeitos aprendentes, nas vivências diárias nos distintos tempos e espaços de aprendizagem, bem como fortalecer a ação e a reflexão nos diversos processos, por meio dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, objetivando efetivar propostas e práticas de desenvolvimento pessoal e social, com base em critérios de responsabilidade, ética e justiça social, podem caracterizar-se como os pressupostos básicos de um projeto político-pedagógico da instituição de ensino superior (SÍVERES, 2013, p.28).

Contudo, o objetivo central desse artigo é demonstrar que ações de responsabilidade social, na universidade, devem ir além da extensão. Na verdade, tais ações permeiam todo o processo educacional, pois ensino e pesquisa, quando trabalhados na dimensão edificante da ciência (SANTOS, 2010), terão o compromisso com a realidade social e com o entorno fora da universidade, alargando as relações das instituições de ensino superior no âmbito da comunidade. Para se tornar significativo, um projeto social deve ser constituído em um espaço favorável para o processo de aprendizagem e para a relação da academia com a sociedade por meio de projetos pedagógicos. Por conseguinte,

se focarmos incisivamente a responsabilidade social nos projetos de extensão poderemos descuidar da forma com que os conteúdos são apresentados aos alunos nos espaços educativos. Poderemos igualmente produzir investigações pobres na dimensão ética, muito embora rigorosamente corretas. Cientificamente perfeitas. Mas para quem ou para que serve essa produção de conhecimento? (DE SORDI, 2005, p.33).

As ações de responsabilidade social devem, acima de tudo, ser pautadas pelo ensino pedagógico do seu conceito, envolvendo, além da vivência da realidade onde realizam seu projeto social, o aprendizado de conteúdos centrais em sala de aula, adquirindo conhecimento ao mesmo tempo em que o colocam em prática por meio da extensão. É necessário refletir sobre os valores do trabalho pedagógico nas instituições de ensino superior, ensinando a responsabilidade social e desenvolvendo nos alunos a consciência de seu papel social e o compromisso para que o mesmo seja praticado. A partir dessa constatação, torna-se mister que o tema da responsabilidade social seja visualizado em dinâmicas curriculares das instituições de ensino superior, formando os alunos não apenas *para* atuar de maneira socialmente responsável, mas formando-os *com* responsabilidade social, assumindo como “expressão da qualidade de ensino a capacidade de levar os estudantes a serem leitores de seu tempo, usando seus saberes para agir edificadamente”. (DE SORDI, 2005, p.34).

São necessárias estratégias de ensino e de pesquisa que enfatizem que ambas são imprescindíveis à extensão e ao debate em responsabilidade social, cujas diretrizes se manifestam em um projeto pedagógico e social, de maneira que “os sujeitos educativos tenham consciência de sua formação profissional e cidadã, e percebam que fazem parte de um mundo no qual podem contribuir” (SÍVERES, 2013, p.23-4). Para tanto, deve-se focar em quatro aspectos centrais (IBID., 2013, p. 20-23). Em primeiro lugar, a contextualização local, destacando o vínculo e o enraizamento da instituição de ensino superior e examinando se as atividades universitárias promovem o desenvolvimento da região, bem como se estão atreladas à cultura, à economia, à sociedade e à política local. Em segundo lugar, a contextualização internacional, destacando aspectos-chave no campo da política, da sociologia, da economia e da antropologia cultural que auxiliam a compreensão do mundo de forma global, estimulando várias vertentes interdisciplinares do processo educativo, além de desencadear ações locais inovadoras que estão conectadas com os acontecimentos do mundo globalizado. Em terceiro lugar, a forma de produzir e sistematizar os conhecimentos, ou seja, a própria construção do conhecimento, na medida em que a universidade desenvolve aquilo que é específico de sua missão primordial. Por fim, em quarto lugar, deve-se verificar como se dá a maneira de acolher e disponibilizar os saberes, dos conhecimentos produzidos em ou-

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

tras realidades e as experiências de outros sujeitos ou grupos sociais, criando uma rede de diálogo e de cooperação com outras instituições educacionais, governamentais ou sociais.

Dessa maneira, as universidades, no tocante à responsabilidade social, devem apoiar os estudantes para promover o desenvolvimento de projetos de extensão voltados à solucionar (ou remediar) os problemas sociais, relacionando a teoria com a prática para além dos muros da própria instituição. Enquanto os alunos se beneficiam por meio da troca de saberes e de experiências com a comunidade local, com interdependência entre teoria e prática, a população atingida pela ação social absorve os estudantes que irão auxiliá-los na promoção do desenvolvimento. Mas, acima de tudo, é central que a instituição de ensino superior evidencie e debata a respeito das crises do mundo atual, envolvendo fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e ecológicos, dentre outros. Com o ensino dessas temáticas, o estudante absorve um conhecimento teórico que pode evidenciar a aprendizagem baseada em projetos que possuam relevante impacto social, além de contribuir com a sua emancipação e seu empoderamento intelectual¹². Por fim, deve orientar a implementação de projetos sociais com rigor científico, seguindo a formatação de um projeto de pesquisa, construindo um arcabouço lógico no tocante à intervenção social que realizarão na comunidade.

ESTUDO DE CASO, ENSINO DA SOCIOLOGIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: PROJETOS SOCIAIS NO UNISAGRADO (1996-2020)

Antes de adentrarmos especificamente na importância do ensino (e, conseqüentemente, da pesquisa) na prática da responsabilidade social em conjunto com a extensão, cabe examinar o panorama geral da educação superior do país e a contribuição do setor privado para a sua consolidação e expansão, justificando o porquê dessas instituições exacerbarem a necessidade de ações socialmente responsáveis para a comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento social da região em que estão alocadas.

De acordo com dados dos relatórios técnicos do INEP-MEC de

¹² O que, de acordo com Santos (2010), fornece sensibilidade para que os universitários recuperem a visão acerca das questões coletivas que foram expropriadas em função da vigência e da sujeição a projetos pedagógicos alinhados com os interesses neoliberais e mercadológicos.

2013, das 2.379 instituições de ensino superior do Brasil, 2.090 são privadas¹³. Destas, 1.244 se encontram em cidades localizadas no interior do país, o que, por conseguinte, aumenta sua identificação com a comunidade local, “assumindo posição, na maioria das vezes, com instituição que fornece referência de valores, conceitos, inovações e, também, como dinamizadora do desenvolvimento local e regional”. (FRANCISS e BASSINI, 2013, p.26), difundindo conhecimento e possuindo iniciativas de extensão e de pesquisa com relação à temas ou problemas locais. Com isso, as ações voltadas a grupos locais incapazes de prover suas necessidades básicas evidencia o desenvolvimento de relações democráticas, além de fortalecer a ideia de responsabilidade social universitária como polo de debate, de diálogo e de promoção de ações cidadãs.

Uma das primeiras instituições de ensino superior privadas a debater a importância do ensino (e também da pesquisa) no âmbito da responsabilidade social, com compromisso perante a comunidade local, foi o Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), situada na cidade de Bauru, no interior de São Paulo. O UNISAGRADO é uma instituição de ensino superior com compromissos educacionais e sociais, tendo como *missão* a “formação humana integral fundamentada nos princípios católicos, concretizada na excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, expressa no compromisso social e na disseminação da ciência e do saber para o bem da sociedade” (UNISAGRADO, 2021), com uma *visão* pautada pela “qualidade de ensino, relevância de pesquisas e inserção criadora na sociedade, formando profissionais comprometidos com o desenvolvimento humano, social e cristão” (Ibid, 2021), cujos *valores* são voltados “à solidariedade e ao compromisso social, honestidade, respeito ao pluralismo e ao meio ambiente, à proatividade, à fraternidade universal, ternura e, como coroamento, ao amor” (Ibid, 2021)

Em 14 de junho de 1993, o então presidente Itamar Franco promulgou a lei nº 8.663/1993, tornando obrigatória, em a todos currículos do ensino fundamental, médio e superior, a inclusão de uma disciplina que tivesse o objetivo de ser formadora da cidadania e do conhecimento da realidade brasileira. Dessa forma, no ano de 1994, a outrora Universidade do Sagrado Coração (USC) criou a disciplina “Programas de Cidadania”, obrigatória para todos os cursos da instituição, que visava contribuir, por meio da realização de projetos so-

¹³Apesar do estudo concordar em que há preponderância de mecanismos de mercado na organização interna das instituições de ensino superior privadas e que deve haver cada vez mais o fortalecimento do ensino superior público e de qualidade, não se deve negar a responsabilidade do setor privado na concretização das metas de democratização do acesso ao ensino superior.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

ciais¹⁴ e do ensino da cidadania, com as ações extensionistas da universidade através da atuação junto a pessoas e comunidades locais e regionais, desenvolvendo atividades em escolas, creches, clínicas, hospitais, presídios, orfanatos, além de campanhas diversas como o combate ao uso das drogas e o estímulo à doação de sangue. De acordo com a tabela 1, de 1996 (ano em que os trabalhos passaram a ser apresentados publicamente, conjuntamente com um relatório final) a 2009, foram realizados 959 projetos sociais nas mais variadas temáticas e com público-alvo heterogêneo, com ações destinadas desde crianças até idosos. Pode-se destacar que a maioria dos projetos sociais (em torno de 30%) procurou promover ações de intervenção no campo educacional de crianças e jovens.

Temática	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Jovens	14	15	4	9	9	9	7	7	5	6	5	2	4	6	102
Crianças	18	27	19	16	21	20	19	12	11	16	9	5	7	10	210
Idosos	6	4	7	8	2	5	7	5	5	12	10	2	3	2	78
Saúde	11	20	21	22	20	16	18	19	13	18	8	12	14	18	230
Meio Ambiente	0	0	0	3	2	2	4	0	5	4	8	3	4	6	41
Trânsito	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Penitenciária	0	3	0	0	2	1	2	2	1	3	1	1	0	0	16
Outros	16	25	17	15	26	39	37	24	9	18	10	16	15	12	279
Total	65	94	68	73	84	92	94	69	49	77	51	41	48	54	959

Tabela 1 – Projetos sociais da Disciplina Programas de Cidadania (1996-2009)

Fonte: dados elaborados pelos autores.

Cabe ressaltar que, em 2004, entrou em vigor a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, dentre outras formas de avaliação, tornou obrigatória a dimensão institucional da

“responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (Art. 3º, III)

¹⁴Definidos aqui como as “ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação. Por meio deles organizam-se ações para transformar determinada realidade social e/ou alguma instituição visando uma sociedade mais justa e igualitária” (VERCELLI, 2010, p.130).

Nesse ínterim, em 2010, a outrora Universidade do Sagrado Coração englobou aspectos curriculares da cidadania e da atuação em projetos sociais na criação de uma nova disciplina, denominada de “Sociologia da Responsabilidade Social”. Também presente na matriz curricular de todos os cursos, a disciplina articula-se com a política de responsabilidade social da instituição expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional¹⁵, contemplando o desenvolvimento da capacidade do estudante para refletir acerca de questões políticas, sociais e econômicos sob um viés sociológico, atentando para o componente local e também para o internacional da sociedade globalizada, relacionando temáticas de ensino com a desigualdade social e a construção da cidadania, além de promover a ação social e assumir o papel da universidade na articulação dos conteúdos teóricos em ambientes regionais e locais.

Na tabela 2, pode-se observar os tipos de intervenção na realidade local social e regional durante os anos de 2010 a 2016. No período, foram realizados 591 projetos sociais por parte de alunos dos mais variados cursos da universidade. Destes, praticamente 28% foram relativos à educação de crianças e jovens. Também é de se destacar que a preocupação com a questão da sustentabilidade ambiental vem aumentando cada vez mais, correspondendo a 13% do total dos projetos. Por fim, durante todo o período, grande parte dos alunos do curso procurou implementar seus projetos em parcerias com entidades do Terceiro Setor, que se constitui na esfera de atuação pública não-estatal, sendo formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem finalidade lucrativa, visando o bem comum e o fornecimento de serviços públicos, criando condições de emancipação e de inclusão social.

¹⁵De acordo com o documento, “a responsabilidade social constitui, na sociedade contemporânea, o mecanismo de conquista e garantia dos direitos sociais, contribuindo com a construção e ampliação da cidadania, na medida em que enfrenta questões sociais específicas, produzidas pela situação de exclusão do homem no mundo moderno. Caracteriza o compromisso com a produção do conhecimento social e está historicamente preservado nos diversos níveis de saberes, voltados ao atendimentos dos interesses da população, buscando, na valorização do estudo teórico-prático, contribuir na construção para a cidadania sociopolítica e econômica”. (PDI, 2015, p.75).

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

Temática	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Educação Crianças e jovens	3	33	14	9	39	29	44	171
Terceira Idade	2	8	5	6	15	17	25	78
Saúde	3	6	11	15	21	18	31	105
Meio Ambiente	3	10	4	1	10	14	35	77
Inclusão Social	4	32	4	9	23	28	34	134
Cuidados com animais	1	5	1	0	3	3	13	26
Total	16	94	39	40	111	109	182	591

Tabela 2 – Projetos sociais da Disciplina Sociologia da Responsabilidade Social (2010-2016)

Fonte: dados elaborados pelos autores.

De 2017 a 2020, os conteúdos da disciplina de Sociologia da Responsabilidade Social foram reavaliados e transformados, visando estimular a importância do ensino da Sociologia como

forma de autoconsciência científica da realidade social que expressa o entendimento que a sociedade, no seu todo ou em seus segmentos mais importantes, desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ela se produz e reproduz, forma e transforma. (IANNI, 1999, p.15).

Por meio da realidade social, as diretrizes curriculares da passaram a incorporar elementos intrínsecos ao mundo globalizado, compreendendo os conceitos e dimensões de cidadania com base nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nos últimos anos, considerando seis eixos centrais: i) o contexto histórico de surgimento da sociologia com base nas transformações decorrentes do processo de desenvolvimento do capitalismo, mostrando implicações práticas para a vida cotidiana; ii) a importância do fenômeno da globalização na sociedade, na economia, na política, na cultura, nos direitos humanos e no meio ambiente, com foco na educação ambiental; iii) a relação entre cidadania, responsabilidade social e direitos humanos, considerando a evolução dos conceitos e aplicabilidade na compreensão da sociedade; iv) a análise do multiculturalismo e do respeito às diferenças, com foco na educação étnico-racial; v) a relação entre Sociologia, Política e Democracia,

redefinindo o papel do Estado e a da participação política; vi) a ensino da construção de um projeto social, desde a sua concepção até sua elaboração final.

A partir dessas mudanças, nos últimos quatro anos (de 2017 a 2020) foram realizados 607 projetos sociais que contaram com a participação de 3.200 estudantes em prol de mais de 40 mil pessoas. Conforme se nota na tabela 3, os projetos das áreas de “Assistência Social” e “Saúde” ganharam evidência, representando 27% e 21% do total, respectivamente.

De acordo com a tabela 3, no ano de **2017** houve um total de 178 projetos sociais, sendo que grande parte deles esteve relacionado à área de “Assistência Social”. No ano de **2018**, foram realizados 112 projetos sociais por 685 alunos, abrangendo um total de 5.451 beneficiados, com destaque para os projetos de “Assistência Social” e na área da “Saúde”. Já em **2019**, 783 alunos da instituição realizaram 134 projetos sociais, perfazendo um total de 6730 pessoas atendidas, sendo que a maioria esteve relacionada aos projetos na área da “Educação”.

No ano de **2020**, foram determinadas novas estratégias para os projetos sociais em função da pandemia do COVID-19, que impossibilitou aulas e atividades presenciais no câmpus da Universidade. Com isso, os projetos sociais foram desenvolvidos a partir da sensibilização da comunidade por meio da construção de materiais informativos nas mais diversas mídias sociais, como a construção de sites, a postagem de vídeos no Youtube, no Twitter, no Instagram e Facebook, além da construção de manuais e cartilhas, dentre outros. Dessa maneira, ao longo de todo o ano de 2020 foram realizados 183 projetos sociais por um total de 1076 alunos, sensibilizando um público total de 18.162 pessoas. A principal área dos projetos foi a da “Saúde”, com 52.

Temática	2017	2018	2019	2020	Total
Assistência social	75	42	32	16	165
Combate à discriminação	-	-	-	16	16
Combate ao abuso infantil	-	-	-	16	16
Cuidados com animais	-	-	5	1	6
Direitos do cidadão	5	-	2	-	7
Educação alimentar	-	-	6	-	6
Educação ambiental	15	14	19	5	53
Educação, cultura e arte	52	11	11	-	74
Educação em geral	-	15	21	46	82
Educação política	-	-	-	31	31

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

Esporte e lazer	8	4	-	-	12
Políticas públicas	-	-	9	-	9
Revitalização de patrimônio	-	2	-	-	2
Saúde	23	24	29	52	128
Total	178	112	134	183	607

Tabela 3 – Projetos sociais da Disciplina Sociologia da Responsabilidade Social (2016-2020)

Fonte: dados elaborados pelos autores.

Por fim, de acordo com a tabela 4, podemos observar como se deu a divisão dos projetos sociais em relação ao público-alvo. Dos 607 projetos sociais, 210 (34%) foram destinados ao público de crianças e adolescentes. Reitera-se que, em virtude da pandemia da Covid-19, no ano de 2020 poucos projetos foram desenvolvidos com a Terceira Idade, em razão do isolamento necessário para este grupo.

Público-alvo	2017	2018	2019	2020	Total
Adultos	-	13	6	27	46
Alunos do Unisagrado	-	1	3	30	34
Animais	16	5	7	1	29
Comunidade em geral	45	6	16	75	142
Crianças e adolescentes	82	52	55	21	210
Ex dependentes químicos	-	-	1	-	1
Indígenas	1	-	-	-	1
Moradores de rua	-	8	9	7	24
Mulheres	-	4	3	9	16
Pessoas com deficiência	-	-	3	2	5
Terceira Idade	34	23	31	8	96
Trabalhadores em geral	-	-	-	3	3
Total	178	112	134	183	607

Tabela 4 – Projetos sociais da Disciplina Sociologia da Responsabilidade Social (2016-2020)

Fonte: dados elaborados pelos autores.

Sem adentrar no mérito de cada projeto de ação social, destaca-se sua importância para que o aluno tenha contato com práticas de extensão voltadas para à comunidade ao seu redor, realizando intervenções em realidades distintas e contribuindo para a formação de um cidadão preocupado com questões pertinentes à realidade social, atendendo ao compromisso social. Ademais, como os projetos devem ser apresentados em sala de aula, é obrigatória a produção de

um relatório final contendo todos os itens necessários ao desenvolvimento de projeto de pesquisa científico¹⁶.

Sendo assim, é necessário ressaltar o componente de extensão e de pesquisa contidos na disciplina de “Sociologia da Responsabilidade Social”. Mas, acima de tudo, e de acordo com os objetivos iniciais deste estudo, as diretrizes curriculares da referida disciplina enfatizam a importância do ensino do tema da responsabilidade social a partir de um viés sociológico que tenha aplicabilidade direta ao contexto social, tendo em vista a superação dos problemas encontrados na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos, em uma instituição de ensino superior, só têm sentido se estimularem o desenvolvimento e a transformação individual e social. A universidade deve ser compreendida como um espaço de formação acadêmica, profissional, de produção do conhecimento e de estabelecimento e promoção de valores de cidadania, ultrapassando, dessa maneira, os limites de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. O contexto universitário deve promover uma educação que prepare seus estudantes para o exercício pleno da cidadania, procurando a resolução de problemas visualizados na comunidade que esteja alinhada, privilegiando a promoção da qualidade de vida (RIBEIRO E MAGALHÃES, 2014, p.138).

Nesse sentido, ensino, pesquisa e extensão configuram-se como atividades essenciais para garantir uma aprendizagem significativa do conceito, difusão e aplicabilidade da responsabilidade social, com vistas à realidade contemporânea. Com a prática da responsabilidade social, pautada na extensão, ensino e pesquisa, pode-se orientar a formação especializada e geral do estudante, visando conscientizá-lo da importância de ações concretas para combater a injustiça social, remediando ou até mesmo solucionando problemas cruciais da comunidade à sua volta, além de ampliar os conhecimentos obtidos em sala de aula. Com isso, cabe às instituições de ensino superior insistir na formação profissional, moral e ética do aluno. Tais aspectos valorizam também a capacidade do diálogo do estudante com a comunidade, e da promoção da democracia e da participação, com senso crítico sobre a realidade em que se encontram, sendo necessário

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

¹⁶ O relatório final segue o rigor do método científico, seguindo normas da ABNT, e deverá conter título, autores, resumo, introdução, objetivos gerais específicos, problematização e justificativa, fundamentação teórica, metodologia, resultados e conclusões e, por fim, referências.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

existir uma instituição, um lugar de formação e auto-aprendizagem para o debate público e a expressão pacífica, mas eficaz, dos problemas sociais e políticos, um espaço de formulação de propostas de progresso social consensual, que tenha um papel fundamental de regulador das tensões sociais, mediante a reflexão, a argumentação e a descoberta de soluções adequadas ao desenvolvimento equitativo e sustentável. (VALLAEYS, 2006, p.54).

Mas por quê vincular o ensino da sociologia com o estudo e a prática da responsabilidade social? Em primeiro lugar, a sociologia como disciplina é importante para formar sujeitos capazes de exercer um conceito crítico e responsável de cidadania, além de uma prática profissional contextualizada e significativa, objetivando constituir uma sociedade mais justa e menos desigual. Em segundo lugar, é uma disciplina que conscientiza acerca da transformação da realidade social, almejando formar indivíduos comprometidos com valores éticos, com padrões de sociabilidade, e conscientes da necessidade de participação social e política na contemporaneidade, considerando sua complexidade e multidimensionalidade.

Mas, mais importante, o conceito de responsabilidade social na universidade (e sua interação com o ensino, extensão e pesquisa) deve ser entendido a partir de demandas sociais, culturais, de sustentabilidade e econômicas, o que auxilia a estipular a vertente do ensino e suas temáticas no âmbito da ideia de cidadania. Diante de tais demandas contemporâneas, o principal desafio das instituições de ensino superior é enfatizar sua presença e o sentimento de pertencimento social, assumindo imperativamente a atuação socialmente responsável de maneira integral, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse sentido, a partir do estudo de caso do UNISAGRADO, enfatizou-se a necessidade do ensino em projetos de extensão e de pesquisa em responsabilidade social, considerando a inter-relação entre os saberes acadêmicos, vinculados à sistemática pedagógica do ensino em sala de aula, e comunitários, além da sua articulação com os conhecimentos acerca da realidade política, social, cultural e econômica em que vivemos, objetivando promover a formação acadêmica e principalmente a realização do desenvolvimento social.

Por conseguinte, o ensino da Sociologia auxilia a explicar a complexidade dos fenômenos contemporâneos que afetam a estruturação e o funcionamento da sociedade global e de suas identidades e relações sociais, sendo responsável por constituir indivíduos reflexi-

vos, participativos e questionadores da ordem social vigente, o que efetivamente auxiliará os alunos a perceber a realidade problemática em que vivemos e formá-lo para atuar de maneira socialmente responsável, promovendo o bem-estar de uma determinada localidade. Assim, a sociologia pode proporcionar a maior autocompreensão, pois quanto mais soubermos sobre por que agimos e como agimos e sobre o funcionamento geral da sociedade, mais provavelmente poderemos influenciar nosso futuro e a participação cidadã.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico da accountability em educação. In Maria Teresa Esteban & Almerindo Janela Afonso (Orgs.), *Olhares e interfaces: Reflexões críticas sobre a avaliação*, p. 147-170. São Paulo: Cortez, 2010.

AMARAL, Alberto, e MAGALHÃES, António M. O conceito de stakeholder e o novo paradigma do ensino superior. *Revista Portuguesa de Educação*, 13(2), 7-28, 2000.

ASHLEY, P. A. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

AVRITZER, Leonado. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, n.72, Seção I, p.3-4, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição atualizada, 2000-2001.

BRASIL. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2012.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. *Rev. Lua Nova*, nº 45, p. 45 – 95, 1998.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 24(36), 8-22, 2006.

CALDERÓN, A.I.; PESSANHA, J.; SOARES, V.L. Educação superior: construindo a extensão nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

DE SORDI, Maria Regina. A Responsabilidade Social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 23(34), p.29-40, abr. 2005.

DIAS, J. M; DUARTE, G. D. Responsabilidade social: a empresa hoje. Rio de Janeiro: LTC, Fundação Assistencial Brahma, 1986.

ESTIGARA, Adriana, PEREIRA, Reni, e LEWIS, Sandra Lopes. Responsabilidade social e incentivos fiscais. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCISS, Nazih e BASSINI, Leandro. Responsabilidade Social Universitária: desafios da maioria silenciosa. Horta, Eugênia e Lima, Lidyane (orgs.). Responsabilidade Social. Ano 6, n. 6, Brasília: ABMES Editora, p. 23-34, 2013.

GEORGE, Alexander e BENNETT, Andrew. Case Studies and Theory Development in the Social Science. Cambridge, Mass: MIT Press, 2005.

GOHN, M. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.* Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, Octávio. A sociologia numa época de globalismo. In FERREIRA, Leila da Costa (org.). A sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Boitempo, 1999.

JIMÉNEZ, Mónica et al. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*, Brasília, DF, ano 24, n.36, p.57-73, 2006.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, v.1, n.3, p.19-30, 1999.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.

- PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. *InterAção*, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.
- LIMA, E. G. (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- MAGALHÃES, António. *A identidade do ensino superior: Política, conhecimento e educação numa época de transição*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS “ANÍSIO TEIXEIRA”. *Censo da Educação Superior 2013 – Resumo técnico*. Brasília: MEC/Inep, 2010.
- PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Universidade do Sagrado Coração, Bauru (SP), 2015.
- RIBEIRO, Raimunda. Responsabilidade Social Universitária: a dimensão humana da qualidade da educação superior. *Cairu em Revista*, 2, p.106-121, jan. 2013.
- RIBEIRO, Raimunda e MAGALHÃES, António. Política de Responsabilidade Social na Universidade: Conceitos e desafios. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 42, p.133-156, 2014.
- RICO, E. M. de. A responsabilidade social empresarial e o estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n. 4, p. 73-82, 2004.
- SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11(2), p. 23-47, fev. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SÍVERES, Luiz. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In SÍVERES, Luiz. *A extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. Brasília: Liber Livro, p.19-36, 2013.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul/dez 2006.

UNISAGRADO. Missão, visão e valores. Disponível em: <<https://unisagrado.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores>>, acesso em 27 de outubro de 2021.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária?. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, 24(36), 35-56, 2006.

VERCELLI, Lígia de Carvalho. Responsabilidade Social e Universidade: uma ação necessária. Eccos Revista Científica, vol.12, n.1, p.119-140, jan-jun, 2010.

VILLAR, Ana Eugênia. Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sobre a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

VISENTINI, Paulo. A Projeção Internacional do Brasil, 1930-2012. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PASQUARELLI, B. V. L.; PANEGOCIO, M. C. S.; ANÉZIO, M. Sociologia, Responsabilidade Social e Extensão Universitária: a implementação de projetos sociais no Unisagrado. InterAção, v. 01 n. 02, p. 27-53, 2021.